II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 2

ST2 PRIMAVERA NOS DENTES:
cultura, poder e resistência em tempos de Ditadura Civil Militar no Brasil

COORDENADO POR



Carlos Alberto de M. Silva Mota

PPGH Unimontes Programa de Pós Graduação em História Social | LAPPS UFJF Laboratório de História Política e Social | Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



ST2 . CRONOGRAMA

Simpósio Temático 2

CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

PRIMAVERA NOS DENTES:

cultura, poder e resistência em tempos de Ditadura Civil-Militar no Brasil

9 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Carlos Alberto de Melo Silva Mota
Doutorando em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista: CAPES. carlosalbertomota12@hotmail.com

SESSÃO ÚNICA

9 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Pautas do movimento estudantil em uma universidade agrária: estudantes da Universidade Federal de Viçosa e sua imprensa subversiva na década de 1970	8h10
2	Trabalhadores sob suspeita: a Petrobras e a institucionalização da vigilância política (1967–1971)	8h30
3	Transição Democrática e Meio Rural Norte-Mineiro: a questão da reparação	8h50
4	Resistir é preciso: a atuação política de Alípio de Freitas (1962-1979)	9h10
5	"Eu luto com as palavras": o discurso feminista e a ditadura militar brasileira na obra As Meninas, de Lygia Fagundes Telles (1973-1974)	9h30
6	No limiar de outras histórias de resistência: escritas de si, gênero e raça na ditadura militar brasileira	10h10
7	Hilda Hilst e as representações do autoritarismo na dramaturgia brasileira (1967-1968)	10h30
8	Nos gramados e nas páginas da imprensa: um estudo da representação do jogador Reinaldo no jornal Movimento e na Revista Placar (1978-1982)	11h10
9	O autoritarismo militar brasileiro nos livros didáticos de História: uma análise das representações sobre a ditadura militar em obras recentes	11h30

Pautas do movimento estudantil em uma universidade agrária:
estudantes da Universidade Federal de Viçosa e sua imprensa subversiva na década de 1970

Elilson Pedro Marquez Covre[1]

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir as pautas e ideias que eram reivindicadas e debatidas pelo movimento estudantil da Universidade Federal de Viçosa de 1976 a 1979. Nesse período o Diretório Central dos Estudantes possuía maquinário próprio de imprensa, obtido a partir de recursos financeiros provenientes de percentagens de taxas de matrícula, repassadas pela universidade à entidade. Para a análise serão utilizados os jornais O bandejão, O salada e o Minifúndio. Esses periódicos foram importantes meios para circulação de ideias entre os estudantes, acumulando pautas sobre o cotidiano estudantil, área de formação, situação da educação, formação cidadã e política nacional. Assim, encontramos uma variedade de assuntos abordados ao longo da década, permitindo compreender como o contexto político nacional se fazia presente e era encarado no cotidiano dos estudantes. Além disso, conseguimos conhecer reivindicações e debates particulares do movimento estudantil da UFV, a partir de conteúdos que eram restritos de seu cotidiano acadêmico e área de formação. Associada a essa análise, trazemos à baila o contexto da própria universidade, marcada por um *ethos institucional* que possuía estreita relação com a questão agrária brasileira e paradigmas conservadores em sua administração e relação com o poder (Silva, 2019). Durante a ditadura militar a instituição manteve relações próximas com os militares, evitando embates e se aproximando dos próprios presidentes a partir de homenagens e titulações honoríficas prestadas a Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Contudo, o movimento estudantil atuou na contramão da administração universitária e teve trajetória próxima a entidades estudantis de outras cidades e estados do país, com destacada efervescência política na segunda metade da década de 1970 (Pellicciotta, 1997). Assuntos como "o movimento nacional", greves em outras instituições, repressões e torturas sofridas por estudantes dividiram espaço nas páginas do jornal com debates sobre a formação do engenheiro agrônomo. A partir disso, busca-se compreender as semelhanças e diferenças do movimento com discussões e debates que vinham sendo travados por movimentos de outras instituições e estados, situando-o no contexto histórico e destacando suas particularidades.

Palavras-chave: Movimento estudantil; Ditadura Militar; imprensa universitária; UFV; Viçosa.

[1] Mestrando em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista: CAPES. covre.elilson@gmail.com

Trabalhadores sob suspeita:
a Petrobras e a institucionalização da vigilância política (1967–1971)

Paula Beraldo Ferreira Lopes[2]

Esta comunicação analisa como os trabalhadores da Petrobras foram colocados sob suspeita permanente pela Divisão de Informações (DIVIN), órgão de vigilância política sediado no Rio de Janeiro e estruturado a partir de 1967, no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Criada em dezembro de 1965 em substituição ao Serviço de Informações da Petrobras (SIPE) e subordinada ao Gabinete da Presidência da estatal, a DIVIN passou a produzir, a partir de 1967, fichas sistemáticas de controle político-social sobre seus funcionários, registrando filiação sindical, opiniões políticas e participação em assembleias e greves. O órgão articulava-se organicamente ao aparato repressivo nacional — SNI, DOPS e DOI-CODI —, compartilhando informações que resultaram em demissões sumárias, indiciamentos em Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e listas de veto que inviabilizaram a reinserção profissional de trabalhadores fichados. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), somente em 1964 foram registradas mais de 3.000 investigações de funcionários, 712 indiciamentos e 516 demissões sumárias na empresa; ao longo da ditadura, a DIVIN produziu aproximadamente 131 mil fichas funcionais. A pesquisa busca compreender como uma estatal criada como símbolo do nacionalismo econômico converteu-se em protagonista ativa da repressão ao trabalho, tratando seus próprios funcionários como alvos permanentes de suspeição. Dialogando com a historiografia sobre a "ditadura empresarial-militar" (Dreifuss, Praun e Costa, Castro) e com a chave sociológica de Florestan Fernandes sobre a repressão preventiva exercida pela burguesia dependente brasileira, argumenta-se que a vigilância da DIVIN não foi um fenômeno episódico ou acessório, mas parte estrutural da reorganização institucional da Petrobras no período. A análise terá como fonte primária central o fundo documental da DIVIN, depositado no Arquivo Nacional, com registros entre fichas e dossiês de trabalhadores, complementado pelos relatórios da CNV e por fontes sindicais do Sindipetro-RJ. O recorte cronológico (1967–1971) corresponde ao período de consolidação dos procedimentos sistemáticos de fichamento e à integração formal da DIVIN ao Sistema Nacional de Informações, permitindo uma análise empírica circunscrita e documentalmente verificável dos mecanismos pelos quais o controle político se traduziu em violência concreta contra a vida e a carreira dos petroleiros.

Palavras-chave: Petrobras; DIVIN; Ditadura civil-militar; Repressão ao trabalho; Direitos humanos.

[2] Mestranda em História, Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus Franca). paula.beraldo@unesp.br

Transição Democrática e Meio Rural Norte-Mineiro:
a questão da reparação

Sady Simões Ribeiro [3]

A Justiça de Transição é um campo de estudos que, se consolidando a partir da década de 2000, ganha espaço em pesquisas contemporâneas sobre mudanças políticas, bem como na fundamentação de práticas estatais e de organizações internacionais. Sua primeira formulação remete aos trabalhos da jurista argentino-estadunidense Ruti G. Teitel, que, em seu livro fundacional "Transitional Justice", de 2000, produz uma análise histórica de práticas jurídicas e políticas que pavimentaram a saída de diversos países de contextos beligerantes ou ditatoriais ao longo do século XX. Conceitos cruciais como o de reparação e de direito à verdade estão presentes nesta obra e posteriormente foram também incorporados pela Organização das Nações Unidas em diversos documentos instrutivos, como o relatório sobre o tema de 2004.

Os pilares definidos pelas Nações Unidas para a sustentação de qualquer processo de transição – consultas públicas, apuração da verdade, justiça criminal, reparação e garantia da não-recorrência – servem de fundamento para uma análise crítica de processos de redemocratização como o vivido no Brasil após o fim da Ditadura Militar (1964-1985). Embora saiba-se, conforme foi discutido por diversos autores, que não houve esforços satisfatórios em searas como a responsabilização criminal dos perpetradores de violências; durante as duas primeiras décadas do século XXI, organizações com financiamento estatal e vários entes da federação produziram relatórios úteis à busca pela verdade. Através deles, pode-se saber da abrangência desses crimes e ulteriormente averiguar se houve reparação. Destarte, a pesquisa a ser comunicada nesta apresentação busca implementar a metodologia delineada por Teitel e o arcabouço avaliativo propugnado pelas Nações Unidas para responder em que medida houve práticas voltadas para a reparação às vítimas de violações transcorridas no Norte de Minas Gerais durante a Ditadura Militar por parte do Estado brasileiro. Para tanto, são utilizados os levantamentos de dados publicizados em documentos como o Relatório Final da Comissão da Verdade de Minas Gerais (2017), o Retrato da Repressão Política no Campo (1962–1985) (Carneiro, Cioccari, 2010) e o dossiê Camponeses Mortos e Desaparecidos (Brasil, 2013). São analisados também como fontes dados e relatos de trabalhos acadêmicos como os dos pesquisadores Arnaldo Zangelmi e Marina Camisasca que abarcam lutas políticas e repressão no meio rural do Estado de Minas Gerais durante o período ditatorial.

Palavras-chave: Norte de Minas Gerais, Justiça de Transição, Meio Rural, Ditadura Militar.

[3] Mestre em História, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). sadysr@hotmail.com

Resistir é preciso:
a atuação política de Alípio de Freitas (1962-1979)

Alicia Moreira Felix[4]

Este trabalho resulta da pesquisa de doutoramento da autora e tem como objetivo analisar a trajetória de resistência do ex-padre português Alípio Cristiano de Freitas à Ditadura Civil-Militar brasileira, entre 1962 e 1979. O recorte compreende o período iniciado com seu afastamento da Igreja em São Luís-MA e sua aproximação com a militância política, passando por sua inserção na luta armada, sua prisão em 1970 e os anos de encarceramento, até sua libertação, em 1979, e a posterior cassação de sua nacionalidade brasileira. Busca-se, a partir desse percurso, compreender as diferentes formas assumidas pela resistência de Alípio diante do avanço da repressão política, considerando as transformações ocorridas em sua atuação e em suas concepções políticas ao longo desse período. A trajetória analisada permite acompanhar o deslocamento de um sujeito que iniciou sua atuação pública no campo religioso e, posteriormente, rompeu com a instituição eclesiástica para assumir a militância revolucionária na Ação Popular e fundar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Nesse processo, interessa compreender como a resistência se constituiu em diferentes espaços e circunstâncias, desde sua atuação política anterior à prisão até as experiências vivenciadas no cárcere. Para a análise, serão mobilizadas como principais fontes o testemunho escrito por Alípio durante o período de encarceramento e publicado posteriormente sob o título Resistir é preciso (1981), além de notícias e matérias publicadas pelo jornal O Fluminense (1979) e o Jornal do Brasil (1970-1975), consultadas no acervo do Arquivo Nacional. Dessa forma, a comunicação pretende discutir a resistência de Alípio de Freitas como uma experiência marcada por rupturas, exílios, permanências e transformações de uma vida múltipla (Dosse, 2009), acompanhando o percurso entre a Igreja, a militância revolucionária e o cárcere.

Palavras-chave: Alípio de Freitas; Resistência; Ditadura Civil-Militar.

[4] Mestra em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR). aliciafelix8@gmail.com

"Eu luto com as palavras":
o discurso feminista e a ditadura militar brasileira na obra As Meninas, de Lygia Fagundes Telles (1973-1974)

Isaac Barbosa Fernandes[5]

A obra de Lygia Fagundes Telles destaca-se na literatura brasileira por abordar questões femininas e sociais. Publicado em 1973, durante a ditadura militar, o romance As Meninas (1973), escrito por Lygia, acompanha Ana Clara, Lia e Lorena, três jovens que vivenciam os conflitos políticos e culturais dos Anos de Chumbo, enquanto se descobrem mulheres, na cidade de São Paulo. A presente pesquisa objetiva analisar o romance, investigando de que maneira a narrativa tensiona os discursos feministas com os discursos morais e patriarcais consolidados no contexto da ditadura militar brasileira. Para tanto, a pesquisa se situa dentro dos campos da História Cultural, dialogando principalmente com Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Sandra Jatahy Pesavento, História das Mulheres e das relações de gênero, mobilizando as contribuições de Joan Scott. Joana Maria Pedro e Judith Butler e ainda dialoga com as produções historiográficas sobre a ditadura militar e a produção cultural nos anos de 1970, debatendo com Rodrigo Patto, Marcos Napolitano e Heloisa Buarque de Holanda. Trata-se de um estudo que utiliza a análise do discurso para a leitura da obra, sendo o princípio da descontinuidade de Michel Foucault de grande valia para o estudo, mas também é usado o paradigma indiciário para a leitura tanto da obra, entendendo que essa é composta de metáforas e analogias, e para também as fontes hemerográficas que serão utilizadas no estudo. Ainda em sua fase inicial, a pesquisa já consegue identificar, especialmente no romance, um rompimento com os ideais de moralidade e feminilidade que o governo militar buscava disseminar no país. Além disso, percebe-se uma denúncia clara ao período de repressão vivido pelo Brasil. Nas fontes hemerográficas, nota-se também que a autora sempre se posicionou de maneira explícita em favor dos ideais feministas, tendo inclusive se filiado ao movimento desde o período universitário. Portanto, As Meninas (1973) não representa apenas as tensões sociais e políticas da ditadura militar brasileira, mas também funciona como um espaço de crítica aos discursos patriarcais e conservadores impostos naquele período.

Palavras-chave: Literatura; Feminismo; Ditadura militar

[5] Graduando, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista: FUNECE. isaa.barbosa@aluno.uece.br

No limiar de outras histórias de resistência:
escritas de si, gênero e raça na ditadura militar brasileira

Jaqueline Rodrigues de Oliveira [6]

Após o fim de regimes autoritários, a abertura e a divulgação de documentos anteriormente sigilosos ou pertencentes à esfera privada e íntima possibilitam novas interpretações sobre o passado e demandam uma revisão contínua da produção historiográfica. A incorporação dessas fontes contribui, ainda, para a recuperação de experiências e vozes historicamente silenciadas. Esse processo, contudo, evidencia que determinados grupos — como negros, mulheres, indígenas, pessoas LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência, entre outros — permanecem sub-representados na narrativa histórica, em parte devido às dificuldades de acesso, preservação e localização de registros sobre suas trajetórias e formas de atuação. Nesse contexto, arquivos privados, correspondências, diários e memórias constituem fontes fundamentais para a construção de novas narrativas sobre as ditaduras, em diálogo com a renovação da História Política e com as novas reflexões acerca do lugar do indivíduo na História. Partindo dessa perspectiva, esta comunicação propõe uma análise inicial das correspondências da historiadora Maria Yedda Leite Linhares e do sindicalista Lyndolpho Silva, produzidas entre 1964 e 1969, buscando compreender como a escrita epistolar registra experiências, percepções e formas de elaboração da repressão política durante os primeiros anos da ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Escrita de Si; Nova História Política

[6] Doutoranda, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista: CAPES. jaquelineoliveira.historia@gmail.com

Hilda Hilst e as representações do autoritarismo na dramaturgia brasileira (1967-1968)

Ana Lívia Morais da Silva [7]

A presente pesquisa tem como tema a produção literária de Hilda Hilst – HH – no período da ditadura militar brasileira, cujo objetivo de estudo focaliza os três textos teatrais "A empresa", também conhecida como "A possessa" (1967), "O novo sistema" (1968) e "As aves da noite" (1968). O recorte temporal refere-se ao período de 1967 a 1968, que compreende o período pré-Ato Institucional n°5 (editado em 13 de dezembro de 1968), e sua institucionalização. O objetivo da pesquisa é aprofundar os estudos sobre a literatura de resistência de HH, que trabalhou com os três tipos de gêneros literários e especificamente, nos gêneros lírico e dramático, a escritora forjou a sua resistência à ditadura militar. Apesar de iniciar a representação do autoritarismo na poesia, é por meio da dramaturgia que o imaginário da morte e os símbolos de censura e repressão aparecem de forma mais latente. Deste modo, a problematização central da pesquisa é mapear, analisar e identificar como a linguagem dramática amplia a escrita de resistência de Hilda Hilst. Para a estruturação do trabalho, pautamo-nos a partir do conceito de representação, por Roger Chartier (1990) e (2002), pois visa-se compreender de que modo a literatura teatral de Hilda Hilst apresenta e molda as imagens e símbolos do autoritarismo e da disciplina da sociedade da década de 1960; o conceito de representação permeia toda a construção dessa escrita acadêmica. Para analisar as políticas arbitrária e resistentes que são produzidas na narrativa hilstiana, o arcabouço teórico consiste nos conceitos: intelectual, por Edward Said (2005), vigiar e punir, de Michel Foucault (2014) e biopoder, de Michel Foucault (1999). Por último, a análise da fonte literária baseia-se nos estudos de Sandra Jatahy Pesavento (1995), Rosangela Patriota (2018), Patrice Pavis (2011) e Batista e Rosell (2017). Destarte, essa pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento como trabalho de mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceara (PPGHCE/UECE).

Palavras-chave: Hilda Hilst; Ditadura Militar;Representação; Resistência; Censura.

[7] Mestranda, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Analiviamorais1710@gmail.com

Nos gramados e nas páginas da imprensa:
um estudo da representação do jogador Reinaldo no jornal Movimento e na Revista Placar (1978-1982)

Natan Calixto de Moura [8]

No ano de 1978, o jogador Reinaldo ganhou grande destaque nas páginas da imprensa brasileira, sendo representado de maneiras distintas pela Revista Placar e pelo Jornal Movimento. Em janeiro, a Placar estampou sua capa com a manchete "O Brasil com fome de gols", apresentando-o como a principal esperança da Seleção para a Copa da Argentina. A revista reforçava sua imagem de ídolo nacional, lembrando sua performance extraordinária no Campeonato Brasileiro de 1977, quando marcou 28 gols e recebeu a Bola de Prata. O texto e as imagens construíram uma narrativa que o colocava como unanimidade entre dirigentes e jogadores, símbolo da ofensividade e da esperança do futebol brasileiro.Pouco tempo depois, em março, o Jornal Movimento publicou a matéria "Reinaldo: Bom de Bola e Bom de Cuca", que ampliava essa representação ao destacar não apenas o talento esportivo, mas também sua postura crítica diante da ditadura militar e da militarização do futebol. Diferente da Placar, que o retratava sobretudo como craque e ídolo esportivo, o Movimento enfatizava sua consciência política e sua coragem em se posicionar contra o regime, transformando-o em símbolo de resistência e engajamento social. Em 1978, portanto, Reinaldo foi retratado de forma dupla: pela Placar como ídolo esportivo e esperança nacional, e pelo Movimento como voz contestadora e figura politicamente engajada. Essa combinação aborda como a imprensa moldava diferentes dimensões de sua identidade, ora reforçando o espetáculo futebolístico, ora destacando sua relevância como personagem crítico no contexto político brasileiro.

Palavras-chave: Reinaldo; Ditadura civil-militar; Representação; Futebol.

[8] Mestrando, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). calixtonatan05@gmail.com

O autoritarismo militar brasileiro nos livros didáticos de História:
uma análise das representações sobre a ditadura militar em obras recentes

Caio Rodrigues de Sousa [9]
Evandro Araújo Fontinele [10]
João Paulo Charrone [11]

O trabalho busca analisar como a ditadura militar no brasil tem sido representada em alguns dos novos livros didáticos de História do PNLD (2026-2029). Os livros didáticos da área das Ciências Humanas passaram por mudanças drásticas após algumas reformas educacionais realizadas durante e após o governo Temer. Tendo a disciplina de História como foco deste trabalho, entendemos que algumas dessas reformas realizadas, como a do Novo Ensino Médio, prejudicaram o ensino de História. Após a reforma citada, o livro didático de História chegou a ser reduzido em uma única obra que fazia referência à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Uma mudança que acabou por reduzir drasticamente o saber histórico e toda a sua complexidade enquanto ciência, abordando determinados períodos da nossa história de modo brando, como mostra a Carla Silvino (2024). Após o PNLD 2026-2029, o livro didático de História retornou, trazendo consigo os diferentes períodos históricos que até então eram apresentados de forma superficial, buscamos compreender de que forma o período da ditadura militar no Brasil tem sido abordado em alguns desses novos materiais. Para isso, analisamos dois desses novos livros didáticos de História do novo PNLD (2026-2029), o História Por Toda Parte, da editora FTD e o Moderna Plus História, da editora Moderna. Buscamos analisar as representações feitas sobre o período da ditadura militar brasileira nas respectivas obras, bem como entender como as discussões sobre o autoritarismo militar e a violência presentes a partir de 1964 foram abordadas nas páginas desses livros.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação, Livro Didático, Autoritarismo.

[9] Graduando em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). caio.sousa@ufpi.edu.br

[10] Graduando em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). evandro.fontinele@ufpi.edu.br

[11] Doutor em História (UFPI). charrone@ufpi.edu.br

II ENEHISP

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL



Grupo de
Estudos e Pesquisa do
Pensamento Autoritário